

Valores cognitivos revisitados: uma perspectiva pragmático-epistemológica feminista

Edna Alves de Souza

Como citar: SOUZA, Edna Alves de. Valores cognitivos revisitados: uma perspectiva pragmático-epistemológica feminista. *In:* CECON, Kleber; PEREIRA, Reinaldo S; MARQUES, Ubirajara R. de A. (org.). **Amizade e sabedoria:** Festschrift em homenagem a Antonio Trajano. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.103-127. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-567-4.p103-127>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Valores cognitivos revisitados: uma perspectiva pragmático- epistemológica feminista

*Edna Alves de SOUZA*¹

Introdução

É bastante comum a pergunta se um determinado enunciado consiste em juízo de valor ou em asserção de fato. Quando é feito esse tipo de questão, a pressuposição é a de que, se for um juízo de valor, não poderá ser uma asserção de fato. E, provavelmente, que juízos de valor são subjetivos.

¹ Curso de Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH-UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil, E-mail: edna.souza@ufac.br

A perspectiva segundo a qual os juízos de valor não são afirmações fatuais e a subsequente inferência de que, não sendo factuais, objetivos, então, são subjetivos, tem uma trajetória duradoura na história da filosofia ocidental. Tradicionalmente, asserções de fato foram associadas aos enunciados que expressam o que as coisas são, como são e por que são, enquanto juízos de valor foram associados aos enunciados que avaliam ações, acontecimentos, sentimentos e intenções, ou que expressam não o que são as coisas, mas o que ou como elas deveriam ser. Os primeiros constituiriam o *corpus* da ciência e os segundos o da ética.

Esta perspectiva, no entanto, tem sido ampla e profundamente criticada, sobretudo por argumentos pós-modernos. Tais argumentos são chamados de pós-modernos devido ao foco crítico dado por eles aos ideais e práticas científico-filosóficas que tiveram origem na guinada epistemológica moderna e que se tornaram e permanecem, culturalmente, dominantes.

Putnam (2002), Lacey (2008) e Longino (2017) ocupam um lugar reconhecido como tradicional no contexto da filosofia analítica, ao procurarem mostrar os limites e “perigos” de radicalizações pós-modernas. No entanto, ao considerarmos suas investigações, podemos constatar que eles se inserem e engrossam, de certo modo, a corrente de pensadores que, provenientes não apenas da filosofia, procuram refletir sobre o papel que os valores desempenham na forma de efetivação da ciência (algo que os aproxima de pensadores ditos pós-modernos, apesar das marcadas diferenças existentes entre eles).

O nosso objetivo consiste em refletir sobre uma possível relação existente entre fatos e valores à luz de algumas das ideias de tais pensadores contemporâneos – Putnam (2002), Lacey (2008) e Longino (2017) – para, então, revisitarmos os valores cognitivos, de uma perspectiva pragmático-epistemológica feminista.

Para atingirmos o nosso objetivo, em um primeiro momento, analisaremos a elevação da mera distinção de fato e valor, aparentemente inofensiva, à categoria de uma dicotomia absoluta e engessadora. E, então, consideraremos como, em reação a essa última, levanta-se a proposta da tese da imbricação entre fatos e valores. Em seguida, apresentaremos

uma caracterização das epistemologias feministas ou abordagens feministas da ciência, com destaque para proposta empirista feminista, segundo a qual a objetividade do conhecimento científico é contextualizada: não há dados puros, tampouco valores são apartados da realidade efetiva. Revisitaremos, então, os valores cognitivos ortodoxos, contrapondo-os às virtudes alternativas defendidas por epistemólogas feministas. Finalizaremos com uma reflexão sobre o papel dos valores ou virtudes pragmático-epistemológicas feministas frente a alguns dos desafios atuais a serem enfrentados pela humanidade.

1 Da dicotomia à imbricação entre fato e valor

Para compreender a tese da imbricação entre fato e valor, há de se considerar, em primeiro lugar, a diferença existente entre uma distinção (ordinária) e uma dicotomia (metafísica); em segundo lugar, o processo histórico que nos legou a arraigada dicotomia fato/valor; e, finalmente, a razoabilidade da proposta de uma revisão do cenário dicotômico que, por sua vez, implicaria ou no reconhecimento da mera distinção entre fato e valor, mas não da dicotomia entre eles, ou na defesa da tese da imbricação de fato e valor.

A distinção é um procedimento heurístico ou didático-metodológico comum na vida diária ou na atividade acadêmica, científica, o qual pode ser exemplificado pela realização de classificações, tipologias. É o que estamos fazendo agora ao elencarmos características peculiares de ‘distinção ordinária’ para contrapô-las às de ‘dicotomia metafísica’ ou, o que faremos a seguir, ao contrapormos as epistemologias feministas à tradicional. Sendo assim, a distinção pode ser entendida como a ação de separar aspectos, caracteres, qualidades *etc.* que diferem uma coisa de outra. Não é a esse procedimento que críticas serão dirigidas.

Já a dicotomia é uma espécie de polarização, feita nessas mesmas áreas, que encobre relações complexas, que é limitante, segregadora. Pode ser exemplificada com a divisão de um elemento em duas partes, via de regra,

entendidas contraditoriamente ou contrariamente, como o bem e o mal, o dia e a noite, o branco e o preto. Dizer que a cor branca difere da preta não é o mesmo que dizer que branco é **contrário** de preto. Outro aspecto revelador da falsidade dicotômica é mostrar dois pontos de vistas de uma situação, como se fossem as únicas opções, e, ainda, excludentes entre si, quando podem existir outras opções, não levadas em consideração, ou não haver contradição (ou qualquer outro impedimento) para que ambas sejam escolhidas ao mesmo tempo.

Além disso, como observa Putnam (2002), distinções ordinárias têm âmbitos de aplicação determinados e não há surpresas se elas não se aplicam sempre. Pelo contrário, distinções ordinárias têm um propósito pragmático bem definido. O mesmo não é válido para as dicotomias que têm a pretensão de universalização.

Ao considerarmos a diferenciação mencionada entre distinção e dicotomia, já podemos observar alguns problemas concernentes ao estabelecimento de dicotomias em geral. Agora, gostaríamos de focar em um caso particular de dicotomia, aquela entre fato e valor, e em seu legado problemático.

Em *O colapso da dicotomia fato e valor e outros ensaios*, Hilary Putnam (2002), como sugerido no título, apresenta uma crítica à dicotomia fato e valor e, ainda, argumenta a favor da imbricação entre fatos e valores. A proposta da imbricação entre fato e valor é bastante provocativa e significativa, pois coloca em questão a imagem dos valores tal como tradicionalmente entendidos e adotados.

Segundo Putnam (1981), o problema da imbricação entre enunciado de fato e juízo de valor é urgente e, diferentemente de outros temas filosóficos, de interesse geral para reflexão de quaisquer intelectuais. Afirma, ainda, que a distinção entre os mesmos é tão aceita a ponto de se tornar uma espécie de instituição cultural.

Putnam (2002) percorre a história da dicotomia fato/valor de David Hume à filosofia recente. Para ele, Hume formulou a máxima segundo a qual de um juízo de fato, questão sobre o que é, não se pode retirar qualquer conclusão sobre valores, o que deve ser ou, em outros termos, que

não se pode inferir um ‘deve’ a partir de um ‘é’. A interpretação do que realmente disse Hume e se ele de fato enunciou essa máxima, que ficou conhecida como a lei de Hume, é ainda objeto de discussão.

A passagem da obra de Hume (2009, p. 509) que mais se aproxima ao que lhe é imputado, de acordo com nossa pesquisa, é a seguinte:

Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível [à primeira vista], porém da maior importância. Pois como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece totalmente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes.

No excerto citado, podemos observar que Hume (2009) tem um pressuposto implícito e, como tal, parafraseando-o, imperceptível à primeira vista, porém, da maior importância. Ele assume uma dicotomia entre “questões de fato” e “relações de ideias”, em decorrência, ao que parece, de sua concepção metafísica do que é um fato. É dessa concepção que infere a *inderivabilidade* dos ‘deves’ a partir dos ‘és’, sem fazer qualquer questionamento sobre o seu caráter metafísico e absolutista.

Putnam (2002) explica que o critério de Hume para o que era uma questão de fato pressupunha uma semântica figurativa, imagética. As ideias são figurativas, ou seja, elas só podem representar uma questão de fato assemelhando-se, de alguma maneira, a ela. Mas e quanto às ideias que possuem propriedades claramente não-figurativas? Para preservar o critério figurativo das ideias, Hume considerou aquelas que não podiam ser figuradas como algo à parte: sentimentos, emoções *etc.*

Além disso, como indica Putnam (2002), Hume faz mais do que afirmar que não se pode inferir um deve a partir de um é, “ele afirma mais amplamente que não há ‘questão de fato’ acerca do *correto* e tampouco da *virtude*”. Essa imagem dicotômica das questões de fato *versus* questões de valor perdurou, predominantemente, até a contemporaneidade, encontrando no Positivismo Lógico o seu auge, seguido de um declínio considerável.

Os positivistas lógicos classificam os nossos juízos putativos em duas categorias dicotômicas: (1) naqueles que são ‘sintéticos’ (juízos empiricamente verificáveis ou falsificáveis) ou ‘analíticos’ (juízos verdadeiros ou falsos somente com base nas regras lógicas); e (2) naqueles que são cognitivamente carentes de significado cognitivo, notoriamente, todos os nossos juízos éticos, metafísicos (sejam ônticos ou epistêmicos) e estéticos.

O problema central surge, portanto, não da elaboração de distinções, que são muito úteis em determinados contextos, mas da sua elevação ao *status* de dicotomia, vale dizer, ao de uma tese metafísica; no caso exemplificado, a de que a ética não trata de questões de fato, o que mostra não só uma autocontradição do positivismo lógico (que queria se expurgar da metafísica ao mesmo tempo em que subjacentemente a adotava), mas também uma das consequências desastrosas da dicotomia assumida (desvincular a ética de sua base na realidade).

As caracterizações tradicionais de ética e ciência, como campos absolutamente diferentes, com objetos e objetivos diferentes, explicitam o fundamento de afirmações, como a de Poincaré ([1905] 1958, p. 12): “Ética e ciência têm seus próprios domínios, que se tocam, mas não se interpenetram”. Em outras palavras, tais caracterizações, supostamente, sustentariam uma imagem comum da ciência, denominada por Lacey (2008, p. 19) de “ciência livre de valores”, segundo a qual “o conhecimento científico é neutro, o conhecimento científico em si não serve a nenhum valor particular, mas pode ser aplicado em favor de quaisquer valores”. Apesar do feitiço/fetice provocado por essa imagem da ciência livre de valores, podemos reconhecer que, tanto histórica como efetivamente, o campo da ciência está estreitamente vinculado ao da ética, pois suas questões basilares mantêm interdependência entre si. Em vez da incessante busca por aperfeiçoamento teórico e metodológico para se atingir a objetividade (estéril)

idealizada e tão almejada, o que deveria estar na base das motivações da pesquisa científica seria a compreensão das intrincadas interrelações (cognitivas, emocionais, psicológicas, culturais, políticas, econômico-sociais *etc.*) de apreensão humana contextualizada da realidade.

Se essas considerações estiverem corretas, as avaliações éticas devem ser consideradas no momento de descrever ou determinar como deve ser não apenas a conduta do cientista, mas o procedimento científico como um todo. Por isso, as considerações de pensadores como Lacey (2008), Putnam (2002) e Longino (2017) – que veremos a seguir – se desenvolvem como uma tentativa de responder a algumas questões que, tradicionalmente, recobrem áreas da filosofia que não costumam ser misturadas. Desse modo, embora seus trabalhos manifestem clara afinidade com o que denominamos de filosofia analítica da ciência, abordam questões que, mais ligeiramente, classificá-riamos como éticas ou políticas.

Nessa esteira, em *Valores e atividade científica 1*, por exemplo, Lacey (2008) esclarece que a motivação de seu programa de pesquisa consiste em responder às seguintes questões: 1. Como conduzir a pesquisa científica? 2. Como estruturar a sociedade? 3. Como desenvolver o bem-estar humano? Para ele, essas questões não podem ser isoladamente respondidas, pois existe uma relação dialética entre elas, que reflete a interação estreita existente entre ciência e valores.

Tal motivação, no entanto, é considerada uma intromissão prejudicial à correta realização da atividade científica, quando, segundo Lacey (2008, p. 15-16), se tem aquela imagem moderna de ciência “livre de valores”: *imparcial, neutra e autônoma*. A legitimação, o prestígio e o suposto valor universal da ciência estão vinculados à imagem da *ciência livre de valores* e das práticas científicas que permitem *aplicações tecnológicas*, as quais transformaram sobremaneira o mundo nos tempos atuais. Sendo assim, sua tentativa de descrever apropriadamente o modo de efetivação da ciência, com a indicação do papel exercido pelos valores cognitivos e sociais nesse processo, bem como o seu modo de apreciar a ciência, não apenas pelo valor cognitivo de seus produtos teóricos, mas também, de maneira mais ampla, por sua contribuição para a justiça social e para o bem-estar humano, desafiam a lógica estabelecida da tradição epistemo-

lógica. Segundo a concepção tradicional, a ciência é caracterizada pelas teses mencionadas acima da imparcialidade, neutralidade e autonomia. A ciência é imparcial porque somente aceita uma teoria como científica se ela manifestar “os valores cognitivos num alto grau à luz dos dados empíricos disponíveis e de outras teorias apropriadamente aceitas; como ela se relaciona com os valores morais e sociais nada tem a ver com a aceitabilidade de uma teoria”; neutra, pois a ciência, “em princípio, pode ser aplicada na prática independentemente dos valores que são sustentados” por uma comunidade ou indivíduo. Por extensão, a ciência é autônoma uma vez que não está sujeita às “influências externas”, satisfazendo os requisitos anteriores de imparcialidade e neutralidade.

Notemos que a imparcialidade tem como pressuposto uma distinção entre valores cognitivos e valores morais/sociais. Essa diferenciação é crucial para se interpretar apropriadamente o modelo de interação entre ciência e valores tal como propõe Lacey (2008), e para tornar compreensível a sua defesa da imparcialidade, ao mesmo tempo que, diferentemente do ponto de vista tradicional, não sustenta a manutenção dos valores morais e sociais fora do núcleo da atividade científica.

Como esclarece o mesmo Lacey em entrevista concedida em 2014 ao Instituto de Ciências Avançadas da USP, no modelo, por ele proposto, da relação entre valores e atividade científica são identificados momentos (etapas) logicamente (não temporalmente) distintos da atividade científica, dentre os quais: M_1 consistiria na adoção da estratégia da pesquisa; M_2 seria o empreendimento da pesquisa, propriamente dita; M_3 faria a avaliação cognitiva das teorias e hipóteses; M_4 trataria da disseminação dos resultados científicos; e M_5 corresponderia à aplicação do conhecimento científico. Como se pode notar, não se trata aqui da clássica distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação.

Na perspectiva de Lacey (2014), os valores epistêmicos ou cognitivos servem como critérios para avaliar cognitivamente teorias e hipóteses em M_3 . Essas avaliações são cognitivas na medida em que têm por objetivo estabelecer o alcance de teorias e de hipóteses no que diz respeito à explicação adequada dos fenômenos investigados, ou seja, à portabilidade (ou não) de

conhecimento. Adequação empírica, poder explicativo e consistência de teorias e hipóteses são, dentre outros, exemplos de valores cognitivos.

Os valores morais e sociais, por sua vez, têm vários papéis nos demais momentos da atividade científica e são, por vezes, apropriados e, por outras, inapropriados. Esse tipo de valores diz respeito aos ideais de uma sociedade considerada boa ou desejável (como aquela que apresenta progresso, justiça social *etc.*) e de comportamentos e relações humanas considerados exemplares, aceitáveis ou obrigatórias (como honestidade, autonomia, solidariedade *etc.*). Na base da distinção entre valores cognitivos e valores morais/sociais subjaz o ideal de imparcialidade. Em M_3 , os enunciados acerca de conhecimento científico são fundamentados apenas em valores cognitivos, de modo a não pressupor, nem a implicar, comprometimento com valores morais e/ou sociais.

A partir desse modelo complexo, Lacey (2008) pretende rejeitar o objetivismo positivista bem como o relativismo pós-moderno: o primeiro por recusar a influência de valores em quaisquer etapas/momentos da atividade científica; o segundo por não só negar a dicotomia, mas até mesmo contestar a distinção entre valores cognitivos e valores morais/sociais.

De acordo com a proposta de Lacey (2008), uma vez que se despreze apropriadamente o modo de efetivação da ciência; que se indique o papel desempenhado pelos valores cognitivos e sociais nesse processo; que se reflita sobre o problema das imensas disparidades existentes entre as partes mais ricas e as mais pobres do mundo, dentre outras formas de desigualdade e opressão, resta voltar-se para ações que possam, efetivamente, contribuir para o florescimento humano.

Nesse cenário em que o caminho para o florescer humano é sinalizado na práxis, destacamos o pensamento feminista da filósofa Longino (1990, 2002, 2017). Antes, porém, de apresentarmos a proposta de Longino, faremos uma breve exposição do contexto no qual está inserida a sua proposta: o das Epistemologias Feministas ou Abordagens Feministas das Ciências.

2 Epistemologias Feministas²

Afirmar a existência de epistemologias feministas é muito sugestivo: primeiro, indica, por exemplo, a existência de outro tipo de epistemologia, comumente chamado de tradicional (cuja lógica é hegemônica, patriarcal, imperialista, capitalista), ao qual se propõem como alternativas a serem consideradas; segundo, marca de forma explícita uma resistência à opressão que mulheres têm sofrido, ao longo da história, tanto no campo prático como no âmbito teórico. As abordagens feministas da ciência, embora constituam um movimento dentro da filosofia da ciência, não são provenientes apenas dessa área, mas também de outras tradições, como da teoria marxista, do pós-estruturalismo e da ética aplicada; emergem de diferentes perspectivas dentro do feminismo (desenvolvidas desde as pioneiras), bem como dos desafios impostos pelas questões não só de gênero, mas também de raça, classe, necessidades especiais *etc.* Assim, não existe, de fato, a Epistemologia Feminista Unificada, mas uma variedade de abordagens feministas (no plural) da ciência, das quais lançaremos mão de algumas de suas ideias-chave. A diversidade de sua origem, bem como a proposta de desconstrução das binaridades dicotômicas que alimentam o patriarcado imperialista e capitalista, explicam o uso plural em sua denominação. Apesar da (bem-vinda) diversidade, uma característica comum e basilar dessas vertentes epistemológicas feministas é a apresentação de uma lógica epistêmica contra-hegemônica, que se opõe à Epistemologia Tradicional e abre espaço para diálogos horizontais de saberes diversos (Souza, 2017).

Tal como as entendemos, as epistemologias feministas não constituem um ramo “novo” da epistemologia, mas sim consistem em uma maneira especial de se fazer epistemologia. Uma maneira que visa à transformação nesse campo para melhor, ao oferecer abordagens que incluem a questão do gênero, bem como de outras bases de opressão como raça/etnia, classe, deficiência/necessidades especiais. Assim, a prática das epistemolo-

² O empirismo feminista de Longino, aqui sumarizado, fora tratado mais amplamente e em contraposição a outras perspectivas tradicionais e feministas em nosso capítulo denominado “A Objetividade Científica sob a Ótica da Epistemologia Feminista”. Para dados completos da publicação, confira a seção de referências bibliográficas.

gias feministas desnuda relações naturalmente existentes, mas que foram encobertas pela tradição, a qual alimenta, ao mesmo tempo, um ideal inatingível e uma cadeia de interesses que procura invisibilizar as relações de poder e dominação também no campo epistemológico.

A proposta feminista não é de substituição de uma epistemologia absolutista por outra, mas de um diálogo epistemológico aberto que vise a um maior alcance de resultados positivos para a ciência e para a vida cotidiana. Nessa abordagem epistemológica plural, procura-se manter em comum, dentre outros, o compromisso de compreender, criticar e revisar (sugerir correções visando melhorias) como o gênero opera em nossos sistemas de conhecimentos, crenças, práticas e abordagens metodológicas, seja no âmbito da ciência, da vida comum ou da ética. Ademais, seja qual for o foco das epistemólogas feministas, outra característica amplamente compartilhada de seus trabalhos é a atenção dada ao poder, ao privilégio de alguns em detrimento de outros, cujo acesso a bens sociais seria limitado.

Por que o conhecimento científico, incluindo metodologias e práticas, “adquiriu gênero”? Quais os problemas decorrentes de se privilegiar um sujeito universal masculino? O que fazer para romper com o androcentrismo? Qual o papel dos valores cognitivos na prática científica? Quais as virtudes pragmático-epistemológicas endossadas por pensadoras feministas da ciência e em que se diferem dos valores cognitivos tradicionais, muitas vezes, indiscriminadamente adotados? Essas indagações constituem pontos de partida para o desenvolvimento de uma proposta que vise a atender à demanda de revisão de princípios e critérios de fundamentação e de escolhas teóricas, uma vez que, potencialmente, revelam como as relações sociais de gênero moldaram, e ainda moldam, a prática científica que, não obstante exitosa em vários aspectos, noutros é preocupante (quando não desastrosa); por exemplo, conduzindo-nos às circunstâncias paradoxais atuais da tecnociência, às crises sociais e ambientais hodiernas.

Destaca-se o empirismo feminista no contexto dessa problematização, cuja meta consiste em *desfamiliarizar* uma política de conhecimento opressora, de modo a incitar transformações situacionais e estruturais profundas no campo epistemológico. No centro de sua posição empirista, Longino (2002, p. 310) mantém a tese realista segundo a qual o mundo re-

almente existe independentemente de ser ou não percebido por um agente cognitivo e que, “pelos métodos tradicionais das ciências naturais”, pode-se obter conhecimento sobre ele. Porém, o conceito de método científico não é entendido por Longino (2002) de forma absoluta, universal, como o é na imagem tradicional de ciência.

Longino (2002) propõe um pluralismo metodológico que, todavia, evita vincular-se a uma perspectiva antirrealista ou relativista, segundo a qual “vale tudo”. “As evidências empíricas restringem (*constrains*) as teorias científicas, suficientemente, de maneira a não ocasionar um vale-tudo, tampouco a encapsular o conhecimento em uma fórmula reducionista” (Souza, 2017, p. 164). Mas para as teorias científicas avançarem por essas restrições purificadoras é necessário que a comunidade científica seja aberta à diversidade de perspectivas e adotar como uma orientação aquilo que entendemos por paradigma da complexidade.

Segundo o paradigma da complexidade, um problema é analisado não (apenas) por sua divisão e atenção voltada para as partes mais simples, mas sim por consideração de sua multidimensionalidade, isto é, por considerar as suas várias escalas e perspectivas de análise, bem como as relações complexas existentes entre elas. Objetos de estudo são entendidos como sistemas, ou seja, conjuntos de múltiplas relações entre agente e ambiente formando um domínio com partes interligadas entre si, um todo funcional, uma estrutura. Por isso, uma análise de suas partes simples e individualizadas é ineficiente para sua compreensão mais ampla.

Da perspectiva do paradigma da complexidade, em que se reconhece que o mundo é multifacetado, multicultural, o conhecimento científico é entendido, portanto, como contextualizado. Ele não é resultado da ação metodológica independente de um indivíduo isolado, despido de sua própria subjetividade quando na realização de suas pesquisas. Em vez disso, o conhecimento científico resulta do trabalho interativo de diversas pessoas e em muitos contextos diferentes. Essa perspectiva vai ao encontro da proposta feminista, segundo a qual “a comunidade científica é científica não por ser composta exclusivamente por cientistas [tal como tradicionalmente entendida], mas por pessoas interessadas em questões científicas, sejam elas cientistas ou leigas” (Souza, 2017, p. 164).

Para Longino (1990, p. 76), um *método* de investigação é “objetivo na medida em que permite a crítica transformadora”. A crítica transformadora, por sua vez, é alcançada pela comunidade epistêmica desde que atendidos os seguintes requisitos: conceder vias para a crítica, compartilhar normas e valores cognitivos, captar, de fato, as críticas e promover a igualdade de autoridade intelectual dentro da comunidade.

Neste sentido, o empirismo contextual de Longino (1990), dialógico e produtivo, está em consonância com a ideia de John Stuart Mill (2003), segundo a qual crenças (sendo elas verdadeiras ou falsas) jamais deveriam ser simplesmente descartadas. Dada a falibilidade humana, crenças aparentemente implausíveis podem ser verdadeiras e, inversamente, aquelas que parecem plausíveis podem ser falsas. Sendo elas falsas, podem, ainda assim, conter algo de verdadeiro, o que já justificaria a sua preservação em certa medida. No caso de serem inteiramente falsas, elas podem ainda assim contribuir de algum modo para a articulação e defesa de crenças, de fato, verdadeiras.

“Na epistemologia, assim como na lógica, é possível reconhecer outros valores cognitivos, lógicos, além do verdadeiro e do falso”. Ilustrativamente, podemos falar de aproximações da verdade, em vez de sermos categóricos em termos de atribuição de verdade ou falsidade a uma proposição. “A bivalência é substituída aqui pela multivalência, a fim de se dar conta da complexidade envolta no processo cognitivo” (Souza, 2017, p. 166).

Longino (1990) considera, acertadamente, que o aumento da diversidade não assegura, mas amplia, simetricamente, as possibilidades de os *preconceitos científicos* serem revelados e desnaturalizados. Segundo Souza (2017, p. 169-170), o conhecimento científico não existe de forma isolada dos indivíduos que o descobre e fundamenta. Esses indivíduos, por sua vez, também não existem de forma isolada, mas sim de forma interativa entre si e com o seu meio ambiente ao qual pertencem. Em meio a essa dinâmica e interações complexas exitosas entre indivíduo e realidade que se pode chegar ao conhecimento e fundamentá-lo. “Se considerarmos que uma teoria não pode ser reputada como absolutamente certa, pois deve permanecer aberta à revisão de perspectivas diversas, então, falar so-

bre conhecimento só faz sentido se localizarmos esse conhecimento dentro de uma comunidade”. Esse é o tipo de objetividade que nos é possível: a objetividade humana, situada e corporificada, e, conseqüentemente, em alguma medida perspectivista.

De acordo com Souza (2017), a abordagem feminista empirista geralmente concede mais razoabilidade à imagem do conhecimento situado, dos saberes localizados, do que àquela imagem tradicional do conhecimento absoluto, revelado por fatos e valores cognitivos engessadores. Assim, a seguir, revisitaremos os valores cognitivos tradicionais apenas para aquilatarmos, paralelamente, uma proposta pragmático-epistemológica feminista.

3 Valores cognitivos revisitados

Os valores cognitivos estão relacionados àquelas propriedades, qualidades ou características de uma teoria que a qualifica como minimamente digna de apreciação, bem como plausível ou merecedora de aceitação pela comunidade científica. A ausência desses valores, por outro lado, torna a teoria suspeita ou mesmo passível de rejeição.

Lacey (2008) mostrou a presença de valores cognitivos tradicionais na avaliação de teorias, bem como de valores sociais em diversos momentos da prática científica, ao mesmo tempo em que subscreveu a diferença existente entre esses tipos de valores. Longino (2017), por sua vez, vai além e elege valores pragmáticos (identificados em trabalhos feministas), como alternativas viáveis àqueles cognitivos tradicionais. Ligados à práxis, à experiência vivida, tais valores transpõem a linha de cisão entre valores cognitivos/valores sociais.

Nas palavras de Longino (2017, p. 40): “Os temas feministas podem ser lidos não apenas como crítica, mas também como versões de valores positivamente expressos, que contrastam com aqueles tradicionalmente evocados”.

Dentre os valores (virtudes ou heurísticas, na terminologia preferida por Longino) de uma investigação tipicamente feminista e/ou aqueles endossados ou advogados pelas epistemólogas feministas, está a adequação empírica, que é sustentada em comum por pensadores não-feministas. Ademais, são incluídos a novidade, a heterogeneidade ontológica, a complexidade ou mutualidade de interação, a aplicabilidade às necessidades humanas e a descentralização do poder ou o empoderamento universal. Virtudes essas que contrastam significativamente com os valores epistêmicos mais comumente difundidos pelos filósofos da ciência ditos tradicionais, que são: a consistência da teoria em outros domínios, a simplicidade, o poder explicativo e generalidade, a fecundidade e a refutabilidade.

Nesse sentido, as virtudes epistemológico-pragmáticas feministas podem ser um meio de conduzir as considerações de responsabilidade social ao centro da investigação científica. Por exemplo, da perspectiva dos valores feministas, a pesquisa em agricultura que assiste e empodera pequenos agricultores, ou seja, a agricultura familiar, é preferida àquela que assiste ao agronegócio de capital intensivo (Longino, 2017, p. 43). Isso porque a ciência deve estar a serviço das pessoas (e não o contrário). Aqui, ilustrativamente, temos dado precedência ao valor da *aplicabilidade às necessidades humanas* em detrimento da comumente feita priorização do valor da mera *fecundidade*.

Revisitemos, então, alguns dos valores (virtudes) cognitivos mencionados, de uma perspectiva feminista, a fim de compreendermos quais e por que são recomendados, e no que esses diferem daqueles ortodoxos, comumente difundidos na dita tradição.

Adequação empírica

A adequação empírica, como já mencionado, é um valor basilar e sustentado em comum por feministas e não-feministas. Esse valor consiste na “concordância das afirmações observacionais de uma teoria com os dados” (Longino, 2017, p. 40). Assim, uma teoria é empiricamente adequa-

da quando “salva os fenômenos”, ou seja, quando encontra aderência nos dados observacionais. Não vamos questionar aqui o estatuto desse ajuste entre teoria e dados, tampouco o que seriam os ‘dados’, algo, por si só, já bastante problematizado ao longo da história da filosofia, mas fazer notar que a adequação empírica, mesmo quando suplementada pelo requisito da existência de consequências empíricas ou observacionais estendidas que atestem a aderência da teoria ou modelo aos dados inventariados, não é um critério suficiente para a escolha entre duas ou mais teorias competidoras, conforme o argumento da subdeterminação da teoria pelos dados.

De acordo com Pierre M. M. Duhem ([1906] 1954), resumidamente, o argumento da subdeterminação teórica é baseado na tese segundo a qual a elaboração e/ou escolha de uma teoria científica é subdeterminada pelos dados de observação. Quine (1953) também afirma que a “ciência total”, matemática, natural e humana, é subdeterminada pela experiência.

O argumento da subdeterminação pode ser construído da seguinte forma:

Supõe-se que T seja uma teoria que envolva (suposições sobre) processos e/ou entidades inobserváveis [como é comum na ciência contemporânea]. T pode ser *toda e qualquer* teoria sobre inobserváveis. É possível logicamente haver uma infinidade de teorias que sejam empiricamente equivalentes a T, mas que difiram dela (e entre si) no que dizem sobre os eventos inobserváveis. Uma vez que T é empiricamente equivalente a cada uma delas, então, todas fazem exatamente as mesmas afirmações sobre os resultados das observações ou experimentos. Assim, nenhuma evidência empírica poderia favorecer uma delas em detrimento das outras. Uma vez que T pode ser *toda e qualquer* teoria sobre inobserváveis, o conhecimento sobre fatos inobserváveis é impossível (Souza, 2015, p. 37).

A solução encontrada para a dificuldade acima é lançar mão de outros valores cognitivos a fim de se fechar a lacuna entre evidência e hipótese. A quais valores se recorre, tipicamente, representa um posicionamento tradicional (não-feminista) ou feminista. Vejamos alguns dos principais

valores adicionais nos quais pesquisadores e teóricos se apoiam, rendendo-se a uma perspectiva tradicional ou feminista:

Consistência das teorias em outros domínios ou Novidade?

Como é sobejamente reconhecido, historicamente, as mulheres e outras minorias foram excluídas da prática científica. Essa situação fez com que o conhecimento científico, incluindo metodologias e outras práticas, adquirissem gênero: o masculino. Assim, a ciência reforçou-se como uma atividade classista, parcial e excludente, cuja especificidade de sua linguagem não é (ou é pouco) dominada pelas minorias subjugadas, não obstante sua pretensa universalidade. Tal inadequação (juntamente com os mais diversos fracassos da ciência) é abafada pela propaganda massiva dos resultados científicos parciais obtidos, que servem como um dos meios ideológicos de calar outras vozes e perpetuar sua dominância sobre as demais, em um círculo vicioso difícil de ser rompido.

A teorização tradicional, que é constrangida pelo objetivo de consistência com as teorias e os modelos explicativos vigentes, pode conduzir, mesmo que inconscientemente, à perpetuação do sexismo e do androcentrismo. O sexismo consiste na discriminação baseada no gênero ou no sexo de uma pessoa, enquanto o androcentrismo é a perspectiva que leva em consideração o homem – branco, hétero, classe alta *etc.* – como foco de análise do todo (da humanidade em sua diversidade genuína).

A novidade, enquanto desiderato feminista, não diz respeito à descoberta de novas entidades previstas pela teoria (como é considerada na ortodoxia). Trata-se, no contexto feminista, da novidade do princípio teórico explicativo a ser adotado, ou seja, uma abertura para a instauração da “novidade em relação aos sistemas de referência do entendimento” (Longino, 2017, p. 41).

Tendo em vista que o conhecimento é contextual, assim como as narrativas (mesmo as científicas), a abertura dos sistemas de referência e conceitual é um ponto de partida para a visibilidade, a denúncia e o

abandono do sexismo e do androcentrismo na ciência, ao apresentar novas categorias e formas de análises dos fenômenos a serem investigados, que incluam a genuína diversidade do real.

Simplicidade ou Heterogeneidade ontológica?

Teorias estipulam ou implicam uma ontologia, no sentido de especificar o que pode ser considerada uma entidade causalmente efetiva em seu domínio. Um domínio homogêneo, simples, contém apenas um tipo de entidade, enquanto um domínio heterogêneo possui tipos diferentes de entidades. Lidar com um domínio ontologicamente homogêneo, simples, é mais fácil do que com um heterogêneo, porque os modelos do domínio têm que abarcar apenas propriedades e comportamentos de um tipo, de modo que um membro, seja ele qual for, poderá representar todo e qualquer outro membro. Ao optar pela simplicidade, então, pode-se ganhar em facilidade e rapidez nos resultados das pesquisas, mas ao preço de camuflar as especificidades próprias da heterogeneidade.

Da perspectiva feminista, por sua vez, é preferível a heterogeneidade, ou seja, o endosso de teorias e modelos que resguardam a heterogeneidade no domínio sob investigação, ou que, no mínimo, não a eliminam já em princípio. “Uma abordagem de investigação que requer espécimes uniformes, isto é, homogeneidade ontológica, pode facilitar a generalização, mas ela corre o risco de perder diferenças importantes, de modo que o macho da espécie acaba sendo tomado como paradigmático para a espécie” (Longino, 2017, p. 42).

Ao se privilegiar um sujeito universal masculino, temos a *invisibilização* da riqueza da diversidade constituinte da realidade e, mais do que isso, a destruição de outros modelos epistemológicos. A esse processo de destruição, dominação e exploração de outras formas de conhecimento tem se dado o nome de *epistemicídio* e colonização do saber.

Poder explicativo e generalidade ou Complexidade?

O poder explicativo ou a generalidade teórica facilita um certo tipo de entendimento panorâmico de fenômenos que apresentam interrelações complexas. Mas, para tal, elimina a consideração da diversidade, da não-linearidade, de relações existentes. Desse modo, da perspectiva feminista, o foco da investigação deve voltar-se não apenas ou preferencialmente para o atendimento desse poder ou capacidade de generalização, mas sim para o alcance da complexidade, para compreensões e intuições sugeridas a partir da consideração da complexidade das relações. “As feministas que endossam essa virtude [da complexidade] expressam uma preferência por teorias que representam as interações como complexas e envolvendo não apenas relações simultâneas, mas também relações mútuas e recíprocas entre os fatores de um processo” (Longino, 2017, p. 43).

A complexidade, reciprocidade ou mutualidade da interação acompanha, processualmente, a virtude da heterogeneidade ontológica. A heterogeneidade ontológica refere-se à existência de diferentes tipos de coisas, já a complexidade, por sua vez, caracteriza as diversas e diferentes interações entre tais coisas.

Considerar os fenômenos em termos de suas relações complexas pode significar, por um lado, a perda, em alguma medida, do poder explicativo ou generalidade teórica, mas, por outro lado, pode conduzir às compreensões e intuições que não seriam atingidas nos modelos tradicionais.

Fecundidade ou Aplicabilidade às necessidades humanas

Não se nega que a fecundidade teórica seja um desiderato da investigação científica: buscamos teorias que possam ser desenvolvidas, ampliando o seu alcance, rendendo heurísticamente. O caso é que dentre uma teoria ou programa de pesquisa aparentemente fértil e uma que tenha aplicabilidade às necessidades da vida humana, superando-se a lógica opressiva do capital, seria mais razoável que a balança pendesse para a última, para

o bem comum. Como exemplificamos acima, com o caso da priorização da agricultura familiar, é comum feministas endossarem a ideia de que “a ciência deveria ser para as pessoas”; que pesquisas que visam a atender às necessidades humanas, em especial àquelas necessidades que mulheres tipicamente atendem, como o cuidado de crianças, jovens, fracos, enfermos ou idosos, bem como o cuidado de alimentar os famintos, deveriam ser preferidas do que pesquisas para propósitos militares, financeiro-comerciais ou somente para fins de conhecimento (Longino, 2017, p. 43).

É importante fazermos uma observação neste ponto: as epistemólogas feministas não rejeitam totalmente a curiosidade como um ensejo para a investigação científica. Tal rejeição soaria até mesmo como uma atitude antifilosófica. O caso é que elas procuram colocar mais ênfase na dimensão pragmática da pesquisa e da produção do conhecimento científico. A curiosidade pode vincular-se ao pragmatismo feminista. Esse não trata de qualquer pragmatismo, mas daquele em conexão com a virtude, tratada a seguir, da descentralização do poder.

Refutabilidade ou Descentralização do poder?

Tem-se repetido, na literatura da filosofia da ciência, a crítica ao princípio da refutabilidade, em que uma hipótese deve ser abandonada ao se mostrar incompatível com os resultados da experiência empírica, de modo que tal proceder implique em uma depuração das teorias aceitas. Além de tal princípio da investigação ser idealizado, mas, em muitos casos, não tão simplesmente aplicado na prática científica, essa expansão teórica, direcionada empiricamente, se dá no interior de um contexto de investigação autoencerrado, delimitado, servindo de reforço ao *mainstream*.

Por descentralização do poder, por sua vez, se entende o empoderamento universal, *i.e.*, de todos, incluindo as minorias. Destacamos que “a relevância do empírico na visão tradicional está no interior de um contexto da pesquisa autoencerrado”, enquanto o empoderamento, diferentemente, é direcionado “para o meio social e prático, externos ao contexto de

pesquisa” (Longino, 2017, p. 43). A crítica transformadora, proposta pelo empirismo feminista, é fruto de um processo de descentralização do poder e não de um procedimento interno e autoencerrado da pesquisa desvinculada de seu contexto externo e social.

Notemos que os dois primeiros valores da listagem feita acima são requisitos formais das teorias ou modelos científicos, os dois seguintes são aspectos substantivos deles e os dois últimos são virtudes feministas pragmáticas, a serem consideradas nesses modelos. Esperamos, assim, abarcar a presença dos valores na multidimensionalidade da prática científica.

Em suma, apesar das virtudes epistemológicas tradicionais serem frequentemente invocadas para preencherem o hiato existente entre evidência e hipótese, revelado, dentre outros, pelo argumento de subdeterminação, não é evidente que elas sejam capazes de propiciar uma discriminação entre o mais ou o menos provável e, tampouco, entre o verdadeiro e o falso. E, nesse sentido, as virtudes feministas são epistemologicamente equivalentes às virtudes tradicionais. Tanto as primeiras como as segundas possuem poder heurístico, porém não possuem poder probatório (Longino, 2017).

Por que deveríamos, então, não apenas lograr às virtudes feministas o mesmo estatuto dos valores cognitivos mais tradicionais, mas propô-las, em alguns casos, como alternativas viáveis a eles? A vantagem da proposta feminista consiste em sua clara e distinta adequação a um projeto de política do conhecimento inclusiva: elas são virtudes pragmático-epistemológicas e estão de acordo com o projeto humanista de florescimento humano, enquanto os valores cognitivos tradicionais, muitas vezes, carregam, de forma velada ou não, a marca da incoerência do sexismo e do androcentrismo que há muito tempo já deviam ter sido abolidos da prática científica, nosso modelo de procedimento racional.

Um modo relevante de desafiar essa lógica opressora da tradição epistemológica é adotar virtudes epistêmicas feministas, nos casos em que se mostrarem mais adequadas do que as mais comumente adotadas. É assim que, contrapondo-se à chamada epistemologia tradicional, sexista e androcêntrica, as epistemologias feministas, tipicamente, apresentam uma lógica epistêmica contra-hegemônica e consideram o modo como o gênero

influencia a concepção de conhecimento, as práticas de investigação, os critérios de fundamentação teórica *etc.*

Entendemos que pesquisar como as relações sociais de gênero moldam as práticas científicas é um ponto de partida para a elaboração de uma proposta de revisão desse modelo adotado, a qual considere uma maior equidade nas relações e, conseqüentemente, melhorias no âmbito da convivência ambiental e social, e da prática científica.

Considerações Finais

A diferenciação entre asserção de fato e juízo de valor é uma prática arraigada em nossa sociedade. Essa diferenciação nos legou o estabelecimento de uma perspectiva epistemológica dicotômica sobre fato e valor. Esta perspectiva, no entanto, tem sido ampla e profundamente criticada, principalmente, por duas frentes. Por um lado, são apresentados argumentos contrários à preservação dessa dicotomia, admitindo-se apenas uma diferenciação entre fato e valor, e a presença de ambos em determinados momentos da prática científica. Por outro lado, a ideia contrária à neutralidade, imparcialidade e autonomia de enunciados factuais, mesmo no campo da ciência, bem como a compreensão da “objetividade forte” dos juízos de valores, quando fundados em realidades humanas concretas, têm conquistado um espaço crescente nas discussões correntes, levando à aposta na existência de uma imbricação entre fatos e valores.

Ao refletirmos sobre as teses da diferenciação e da imbricação entre fatos e valores, à luz de algumas das ideias de Putnam (2002), Lacey (2008) e Longino (2017), sem ignorar a distância que elas mantêm entre si, chegamos em considerações de que: valores morais e sociais atuam, de modo especial, no favorecimento de uma estratégias de pesquisa em detrimento de outras; o modo (enviesado) como essa escolha de estratégia de pesquisa é feita explica porque no âmbito científico são preferidos programas de pesquisa importantes da perspectiva, por exemplo, dos interesses ligados ao crescimento econômico (não distributivo) e às políticas que o defendem,

mas que são pouco relevantes da perspectiva dos interesses das “minorias” (maiorias) marginalizadas, dos movimentos populares e outras formas de articulações sociais. Desafiar essa lógica, a partir da promoção de uma educação transformadora (da básica à científica), do desenvolvimento de pesquisas alternativas às correntes hegemônicas, parece ser um caminho que se desenha para mantermos um lugar para a razoabilidade humana em vez de uma racionalidade instrumental.

Não se trata de descartar a narrativa científica (falocêntrica) ainda predominante, mas sim de reconhecer que ela, como qualquer outra narrativa, está situada. Reconhecer o lugar de cada discurso conduz à compreensão de que, apesar de sua dominância, a linguagem científica tradicional, pretensamente universalista, não é neutra, objetiva, imparcial. Ao contrário, a linguagem científica tradicional apresenta uma perspectiva específica (patriarcal, capitalista, imperialista) que dominou o cenário científico, não obstante suas deficiências.

Argumentamos a favor da importância de abordagens feministas da ciência que buscam o estabelecimento de um diálogo horizontal entre diversos saberes, de modo a acomodar, inclusive, grandes questões da atualidade, como o papel da tecnociência frente à crise ambiental e social em avanço.

Além do problema dos benefícios do progresso tecnocientífico não serem distribuídos, uniformemente, entre ricos e pobres, a aceleração da produção da tecnociência, nas condições socioeconômicas vigentes, ultrapassou a capacidade suportável pelo planeta Terra, contribuindo causalmente para o atual colapso ambiental em curso, que ameaça provocar uma devastação irreversível no meio ambiente e no meio social. Mesmo assim, a pesquisa científica não tem primado por produzir conhecimento adequado para tratar desta crise instaurada, mas persiste em atender aos anseios comercial-financeiros e políticos dominantes, seguindo uma tradição, em alguns aspectos, já falida. É preciso recuperar a perspectiva da horizontalidade das relações de saber, da colaboração, da solidariedade, do respeito ao outro (entendido como ser humano, ser vivente ou mesmo a natureza mais ampla).

Desse modo, atingimos nosso objetivo se esse texto, para além de trazer considerações sobre a questão dos valores cognitivos/sociais no domínio de uma filosofia da ciência, provocar também uma reflexão sobre as nossas próprias práticas, em escala individual (como nos relacionamos com a natureza e a sociedade) e coletiva (como nos engajamos em projetos comunitários e em políticas de conhecimento), no que diz respeito ao enfrentamento consciente das consequências nefastas do que tem sido chamado genericamente de Antropoceno.

Referências

- DUHEM, P. M. M. [1906] *The Aim and Structure of Physical Theory*. Tr. P.P. Wiener. Princeton: Princeton University Press, 1954.
- HUME, D. [1739-1740] *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2009.
- LACEY, H. Entrevista. In: BELLESA, Mauro. *O modelo de Hugh Lacey para a análise da relação entre valores e atividade científica*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-hugh-lacey>. Acesso em: 04 mar. 2019.
- LACEY, H. *Valores e atividade científica 1*. 2 ed. São Paulo: Associação Filosófica *Scientiae Studia*, Editora 34, 2008.
- LONGINO, H. *Science as Social Knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- LONGINO, H. Subjects, Power, and Knowledge: Description and Prescription in Feminist Philosophies of Science. In: KOURANY, Janet A. (ed.). *The Gender of Science*. New Jersey: Prentice Hall, 2002.
- LONGINO, H. Valores, heurística e política do conhecimento. *Scientiae Studia: Revista Latino-americana de filosofia e História da Ciência*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2017.
- MILL, J. S. [1859]. *On Liberty*. New Haven. London: Yale University Press, 2003.
- POINCARÉ, J. H. [1905]. *The Value of Science*. New York: Dover, 1958.
- PUTNAM, H. *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and other essays*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

PUTNAM, H. *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

QUINE, W. V. O. *From a logical point of view*. Cambridge: Harvard University Press, 1953.

SNOW, C. P. *As Duas Culturas e uma Segunda Leitura*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, Renato de Azevedo Rezende Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SOUZA, E. A. A Objetividade científica sob a ótica da epistemologia feminista. In: ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTINEZ-ÁVILA, D. (org.). *Informação, conhecimento e modelos*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência; Marília: Oficina Universitária, 2017. (Coleção CLE, 78).

SOUZA, E. A. *Um estudo do argumento do milagre na defesa do realismo científico*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.